

6. Resolução de requerer a Declaração de Utilidade Pública da expropriação, com caráter urgente, de 3 prédios particulares e de todos os direitos a eles inerentes, por necessários à execução do Projeto de Reordenamento Viário do Nó de Infias e da Rede Envolvente

Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as seguintes propostas, nos termos do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 10.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 17.º e 19.º do Código das Expropriações, tudo de acordo com os documentos e informações constantes do processo:

- a) Proposta no sentido de aprovar a requisição de declaração de utilidade pública, junto da Direção-Geral das Autarquias Locais, da expropriação com caráter de urgência, por necessária à execução do Projeto de Reordenamento Viário do Nó de Infias e da Rede Envolvente, de todos os direitos inerentes aos prédios particulares: i) identificado como parcela 2 - composto por terreno sito em Infias, Pedreiras, Areal de Baixo e Sapatelos, na Freguesia de S. Vicente com área de 744,50 m2, que confronta com Estrada a Norte, a Sul e a Poente e com proprietário não identificado a Nascente, ii) Identificado como parcela 4 - composto por terreno sito em Infias, Pedreiras, Areal de Baixo e Sapatelos, inscrito na matriz urbana da Freguesia de S. Vicente sob o artigo 2406, descrito na conservatória de Registo Predial sob o n.º 1268, com área de 266,4 m2, que confronta com Lote C5 a Norte, com Lote C3 a Sul e com Domínio Público a Nascente e Poente; iii) Identificado como parcela 11 – composto por terreno sito em Infias, Pedreiras, Areal de Baixo e Sapatelos, inscrito na matriz urbana da Freguesia de S. Vicente sob os artigos 668 e 669 e na matriz rústica da mesma freguesia sob o artigo 18, com a área de 7175, 80 m2, que confronta a com Estrada a Norte, Sul. Nascente e Poente;
- b) Autorização de posse administrativa do imóvel a expropriar, em face da fundamentada urgência;
- c) A aprovação do montante global de € 87.117,13 (oitenta e sete mil cento e dezassete euros e treze cêntimos) relativo aos encargos a suportar com a expropriação (indenizações autónomas), em conformidade com os Relatórios de Avaliação do perito avaliador, em anexo.

PROPOSTA

RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO, COM CARÁTER URGENTE, DE 3 PRÉDIOS PARTICULARES E DE TODOS OS DIREITOS A ELES INERENTES, POR NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO PROJETO DE REORDENAMENTO VIÁRIO DO NÓ DE INFIAS E DA REDE ENVOLVENTE

CONSIDERANDO QUE:

1. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. [n.º 2 do artigo 235.º da CRP];
2. Nos termos do disposto nas alíneas c), k) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, constituem atribuições da Câmara Municipal a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente promover o desenvolvimento da rede viária, a segurança e a comodidade do trânsito, com o intuito de promover a melhoria da qualidade de vida da população e a proteção do ambiente, assente numa estratégia de desenvolvimento sustentável que harmoniza as boas práticas de gestão ambiental e de mobilidade para o município;
3. As referidas atribuições municipais são desenvolvidas através das competências materiais cometidas às Câmaras Municipais, criar, construir e gerir redes de circulação e de transportes – *cfr.* o disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
4. Existe interesse municipal no reordenamento viário do Nó de Infias e da rede envolvente, com o objetivo de dar resposta aos fluxos dominantes, diminuindo os tempos de percurso e atrasos e promovendo a redução dos consumos energéticos e emissões poluentes;
5. O Nó de Infias constitui o principal ponto de congestionamento de trânsito da cidade de Braga por via da afluência de muitas vias estruturantes de ligação inter-regional e nacional com evidentes reflexos negativos no trânsito local. Esta situação é gerada, sobretudo, pela sua localização numa das principais “portas” da cidade que, por sua vez, canaliza para o centro urbano os veículos provenientes dos concelhos contíguos com relação mais forte com Braga, devido aos movimentos pendulares registados;

6. Pela análise dos registos de tráfego existentes para o local, verifica-se que os volumes de tráfego gerados nas vias, não são compatíveis com a capacidade de escoamento do nó viário em apreço, o que cria situações de saturação das vias locais, com evidentes constrangimentos para a adequada circulação e vivência urbana na sua envolvente;
7. O Nó de Infias é um ponto da rede viária onde ocorrem problemas de tráfego decorrentes da existência de atrasos e congestionamentos, que resultam, sobretudo, da confluência de diversas vias que provêm dos concelhos limítrofes;
8. A melhoria da circulação e segurança rodoviária, no sentido de contribuir para o aumento das condições de segurança e conforto de circulação rodoviária dos seus utilizadores, é um dos principais objetivos;
9. Neste quadro foi apresentado um Projeto de Execução Reordenamento Viário do Nó de Infias e da Rede Envolvente;
10. Localizado numa área onde predomina a função residencial, com algumas funções comercial, de lazer e serviços, este nó é atualmente um dos principais pontos de congestionamento de tráfego da cidade de Braga;
11. Neste contexto e tendo em conta uma perspetiva alargada, é pretendida a requalificação e a beneficiação desde nó e respetiva rede envolvente, tendo em vista:
 - a. Melhoria das condições de circulação e segurança;
 - b. Incremento da capacidade de escoamento de tráfego, priorizando as ligações da EN101 à Avenida António Macedo e a capacidade de saídas da cidade;
 - c. Promoção de um ambiente mais funcional e seguro para os seus utilizadores, evidenciando alguns artigos científicos que conduzir em condições congestionadas tem impacto no comportamento e na situação psicológica do condutor, causando stress e ou mesmo levando a um aumento da condução agressiva;
 - d. Assegurar o cumprimento da visão estratégica de sustentabilidade ambiental e de mobilidade no Município, demonstrando alguns artigos científicos que numa viagem de quase duas horas, quinze minutos em marcha lenta, podem causar 45% do total de NOx produzidos durante toda a viagem.
12. Atenta a obra de interesse público prevista para a área sujeita ao Projeto de Execução Reordenamento Viário do Nó de Infias e da Rede Envolvente, pelas razões ora apresentadas, deverá ser atribuído carácter urgente à expropriação, dos prédios particulares e de todos os direitos a eles inerentes, abrangidos pelo referido projeto, de acordo com o disposto no artigo 15.º, n.º 1, do Código das Expropriações (CE), aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na redação atual, a fim de não atrasar a realização das obras para a rápida e eficaz intervenção no território;

13. Por se mostrar imprescindível para o interesse público a prossecução imediata dos trabalhos, torna-se, pois, premente tomar o quanto antes posse administrativa dos terrenos necessários à execução do reordenamento viário do Nó de Infias e da rede envolvente, pelo que deverá ser atribuído carácter urgente à expropriação.
14. A proposta apresentada de Reordenamento do território não está sujeita a avaliação do impacto ambiental, conforme parecer da Agência Portuguesa do Ambiente em anexo;
15. Foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 4 do artigo 10º do CE, tendo sido determinada previamente em avaliação, por perito da lista oficial, a previsão dos encargos com a expropriação, que totalizou o montante global de € 87.117,13 (oitenta e sete mil cento e dezassete euros e treze cêntimos) para as indemnizações para os prédios particulares:
- a. Identificado como parcela 2 – € 1.533,95 (mil quinhentos e trinta e três euros e noventa e cinco cêntimos);
 - b. Identificado como parcela 4 – € 67.132,80 (sessenta e sete mil cento e trinta e dois euros e oitenta cêntimos);
 - c. Identificado como parcela 11 - € 18.450,38 (dezoito mil quatrocentos e cinquenta euros e trinta e oito cêntimos).
16. Os valores anteriormente indicados são considerados para efeitos da necessária cabimentação, com dotação a suportar através Ficha de Cabimento em anexo.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE REQUERER À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 33.º, N.º 1, ALÍNEA VV) DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E NOS TERMOS DOS ARTIGOS 10.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 17.º e 19.º DO CÓDIGO DAS EXPROPRIAÇÕES:

- 1) A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA da expropriação**, com carácter de urgência, por necessária à execução do Projeto de Reordenamento Viário do Nó de Infias e da Rede Envolvente, com a fundamentação de facto e de direito consubstanciada nos considerandos supra, que para todos os efeitos são parte integrante da presente deliberação, de todos os direitos inerentes aos prédios particulares:
- i)** Identificado como parcela 2 - composto por terreno sito em Infias, Pedreiras, Areal de Baixo e Sapatelos, na Freguesia de S. Vicente com área de 744,50 m2, que confronta com Estrada a Norte, a Sul e a Poente

ii) Identificado como parcela 4 - composto por terreno sito em Infias, Pedreiras, Areal de Baixo e Sapatelos, inscrito na matriz urbana da Freguesia de S. Vicente sob o artigo

iii) Identificado como parcela 11 – composto por terreno sito em Infias, Pedreiras, Areal de Baixo e Sapatelos, inscrito na matriz urbana da Freguesia de S. Vicente sob os artigos

2) A AUTORIZAÇÃO DE POSSE ADMINISTRATIVA do imóvel a expropriar, em face da fundamentada urgência.

3) A aprovação do montante global de € 87.117,13 (oitenta e sete mil cento e dezassete euros e treze cêntimos) relativo aos encargos a suportar com a expropriação (indemnizações autónomas), em conformidade com os Relatórios de Avaliação do perito avaliador, em anexo.

A Vereadora com a área da mobilidade

Olga Pereira

